

## INFORMAÇÃO CIENTÍFICA NA SEGURANÇA PÚBLICA

*Dilva Páscoa de Marco Fazzioni* \*

**RESUMO:** O presente artigo discute a relevância do domínio dos recursos informacionais pelos agentes de segurança pública, com ênfase na compreensão e uso de bases de dados e periódicos científicos. A pesquisa parte da constatação de que o avanço da ciência é essencial para o aprimoramento da atuação policial, especialmente em países em desenvolvimento, onde a produção científica ainda enfrenta limitações estruturais e históricas. O objetivo do estudo é refletir sobre os desafios e possibilidades da produção e do uso de informação científica no campo da segurança pública. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica descritiva, com levantamento e análise de literatura especializada, além da apresentação de fontes informacionais relevantes. Os resultados apontam que, apesar das dificuldades, há crescente disponibilidade de bases de dados e periódicos especializados que podem ser utilizados para subsidiar práticas profissionais e políticas públicas mais eficazes. Conclui-se que o domínio desses recursos é fundamental para a consolidação de uma cultura de pesquisa e inovação entre os profissionais da área, contribuindo para o fortalecimento da segurança pública baseada em evidências. Recomenda-se a ampliação da capacitação em pesquisa científica nas instituições de segurança e o incentivo à produção de conhecimento aplicado às necessidades do setor.

**Palavras-chave:** segurança pública; informação científica; bases de dados; pesquisa aplicada; ciência policial.

DOI: <https://doi.org/10.36776/ribsp.v8i20.310>

Recebido em 02 de março de 2025.

Aprovado em 15 de abril de 2025

---

\* Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT)/ Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) – CV lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/9796067955022610>



## SCIENTIFIC INFORMATION IN PUBLIC SECURITY

**ABSTRACT:** This article discusses the relevance of mastering informational resources by public safety agents, with emphasis on the understanding and use of databases and scientific journals. The research starts from the premise that scientific advancement is essential for improving police performance, especially in developing countries, where scientific production still faces structural and historical limitations. The objective is to reflect on the challenges and opportunities of producing and using scientific information in the field of public security. Methodologically, this is a descriptive bibliographic research, based on literature review and the presentation of relevant informational sources. The results show that, despite difficulties, there is a growing availability of databases and specialized journals that can support professional practices and more effective public policies. It concludes that mastering these resources is key to consolidating a culture of research and innovation among security professionals, contributing to the development of evidence-based public safety. The study recommends expanding scientific research training in security institutions and encouraging the production of knowledge applied to the sector's needs.

**Keywords:** public security; scientific information; databases; applied research; police science.

## 1. INTRODUÇÃO

Os avanços da informação e do conhecimento têm sido, simultaneamente, causa e consequência do desenvolvimento econômico, tecnológico e social, condicionando formas de inclusão, participação e exercício profissional em diferentes campos de atuação (Araújo, 2009; Araújo, 2014; Silva; Freire, 2012). No âmbito da segurança pública, essa dinâmica adquire contornos estratégicos: compreender o ecossistema informacional, dominar ferramentas de busca e avaliação crítica de evidências e integrar resultados de pesquisa aos processos decisórios são requisitos para elevar a efetividade institucional e o desempenho individual dos agentes.

No Brasil, a Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública reconhece a centralidade da informação ao afirmar que, “na era da informação, a maior e mais duradoura vantagem competitiva vem do conhecimento”, vinculando gestão da informação, tecnologias e comunicação à melhoria contínua da prática policial (SENASP, 2014, p. 169). Essa diretriz responde à crescente sofisticação do crime e à necessidade de revisar processos, instrumentos e competências profissionais, de modo a orientar políticas e operações por evidências, e não por intuições ou tradições organizacionais.

Apesar do crescimento expressivo da produção científica mundial e da expansão de bases e periódicos especializados - com diferentes indicadores apontando aumento de artigos e de repositórios de acesso aberto (Agência Fapesp, 2018; Pesquisa Fapesp, 2023; Baker; Powell, 2024; Elsevier, 2024) -, a apropriação desse patrimônio informacional pelas organizações de segurança pública encontra barreiras históricas e estruturais. O amadurecimento institucional do campo no país foi tardio, com marcas do período autoritário e distanciamentos entre prática e reflexão acadêmica (Batitucci; Sousa, 2022). Soma-se a isso a fragmentação e a baixa integração de dados primários (registros de ocorrências e atendimentos), que limitam tanto a gestão cotidiana quanto a pesquisa aplicada (Santos; Lima; Souza, 2020).

Do ponto de vista conceitual, é indispensável compreender como o conhecimento científico circula e se valida. A comunicação científica consolidou-se historicamente com o protagonismo dos periódicos - desde o *Journal des Sçavants* e o *Philosophical Transactions* -, que padronizaram formatos, priorizaram a brevidade e instituíram rotinas de validação (Stumpf, 1996). No ecossistema contemporâneo, as fontes de informação distinguem-se pela autoria, avaliação por pares, organização e atualização temática, além de seu projeto editorial, elementos que sustentam sua confiabilidade e reduzem incertezas para o usuário (Paula; Silva; Blanco, 2018). As bases de dados, por sua vez, surgem como resposta técnica ao volume crescente de publicações, oferecendo curadoria, recuperação eficiente e acesso remoto, do CD-ROM à internet, com impactos diretos na economia de tempo e na qualidade das buscas (Pontes, 1990; Votto, 2011).

Em paralelo, difunde-se no país a agenda da segurança pública baseada em evidências, que propõe submeter políticas e intervenções a padrões de comprovação empírica, aprendendo



sistematicamente com o que funciona (ou não) em contextos variados. Embora global, essa “revolução das evidências” avança de modo desigual e é mais lenta onde é mais necessária - nos países em desenvolvimento -, o que reforça a urgência de qualificar o uso de informação científica nos serviços de segurança (Kopittke, 2023). Nas academias e centros de ensino policiais, o tripé ensino, pesquisa e extensão dá suporte à produção e à aplicação de conhecimento orientado às demandas corporativas, com iniciativas que aproximam investigação científica e inovação institucional (Fazzioni *et al.*, 2016).

A expansão do volume publicado e a intensificação da competição científica também recolocam no centro do debate a integridade acadêmica. Processos editoriais robustos - da triagem à avaliação por pares - desempenham papel crítico na qualidade e confiabilidade das publicações, especialmente diante de retratações e investigações que testam os limites do sistema (Penna, 2024). Para a segurança pública, isso significa incorporar boas práticas de uso, citação e avaliação crítica das evidências, evitando tanto a adesão acrítica quanto a instrumentalização do conhecimento.

Diante desse panorama, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: como fortalecer a produção, a mediação e o uso qualificado de informação científica por profissionais e instituições de segurança pública no Brasil, de modo a sustentar práticas, formações e políticas baseadas em evidências? Assim, o objetivo deste artigo é discutir os desafios e as possibilidades associados ao domínio de recursos informacionais - com ênfase em bases de dados e periódicos científicos - e mapear fontes relevantes para subsidiar pesquisas e decisões no setor. Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica descritiva, com levantamento e análise de literatura especializada e apresentação de repositórios e periódicos pertinentes ao campo.

Para cumprir esse propósito, a seção 2 recupera elementos históricos e conceituais do conhecimento científico e da comunicação científica; a seção 3 aborda a relação entre produção científica e informação na segurança pública; a seção 4 apresenta bases e periódicos selecionados; a seção 5 sistematiza elementos práticos para a pesquisa bibliográfica; e a seção 6 traz as considerações finais. Espera-se, com isso, contribuir para a consolidação de uma cultura de pesquisa e inovação entre profissionais de segurança pública, aproximando fontes qualificadas de problemas reais e promovendo decisões mais efetivas, transparentes e socialmente legítimas.

## 2. CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O registro do conhecimento acompanha as evoluções da humanidade desde a pré-história, inicialmente, por meio das pinturas rupestres. Sob este ponto de vista, existem alguns marcos históricos que merecem ser citados, como o surgimento da biblioteconomia no terceiro milênio antes da era comum; a controversa relação do Ocidente com os livros na era medieval até a invenção da máquina de imprensa – no século XV, no contexto do Renascimento e no preâmbulo da Revolução Industrial – até o surgimento da informática no século XX.

Neste desenrolar histórico, a Idade Média é marcada pelo controle eclesiástico sobre as bibliotecas, o que revela uma ambiguidade. De um lado, têm-se que escritos foram “frequentemente perdidos ou intencionalmente destruídos”. Por outro lado, é notável que muitas bibliotecas contribuíram sobremaneira para a preservação do legado histórico-cultural da Antiguidade, embora com restrições à disseminação da informação (Araújo, 2009, p. 197; Araújo, 2014; Silva; Freire, 2012).

A invenção da imprensa por Johannes Gutenberg (1439-1440) constituiu o passo inaugural para a ampla difusão da informação, ao permitir a circulação domiciliar de livros e a formação de novas bibliotecas. Nos séculos XX e XXI, esse movimento foi acelerado pelo advento dos sistemas digitais e de seus subsistemas em rede, como a internet, que, associados à computação móvel, tornaram o acesso informacional ubíquo e imediato: conteúdos passaram a estar disponíveis, em tempo real, em dispositivos portáteis (por exemplo, *smartphones* e *tablets*) continuamente conectados e carregados pelo próprio usuário, possibilitando consulta a qualquer tempo e lugar.

Um dos marcos mais significativos foi o advento da informática e das tecnologias da informação e comunicação (TIC) ao longo do século XX, intensificado no pós-Segunda Guerra Mundial. A bipolaridade da Guerra Fria, entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS), induziu investimentos maciços em pesquisa e desenvolvimento, acelerando avanços em computação, semicondutores, telecomunicações, redes e exploração espacial, com posterior difusão para usos civis. Do final do século XX ao início do XXI, a competição tecnológica passou a se concentrar sobretudo entre Estados Unidos e China, reconfigurando a geopolítica da inovação e a liderança em cadeias críticas do ecossistema digital.

Os avanços tecnológicos também desempenharam papel fundamental no desenvolvimento humano. Na Idade Média, quando os livros eram raros e inacessíveis, a alfabetização não era considerada uma necessidade premente e mesmo o analfabetismo poderia ser, por si só, suficiente para impedir o acesso das pessoas em geral aos escritos.

## 2.1 Fontes de informação

A pessoa alfabetizada e familiarizada com as tecnologias faz uso delas para melhor desenvolver suas atividades profissionais, aprimorar seu conhecimento ou melhor aproveitar as atividades de cultura, lazer e outras atividades cotidianas. Para cada ação, terá necessidades específicas de informação, o que remete ao conceito de fontes de informação (Paula; Silva e Blanco, 2018).

Para os autores, “como registro de conhecimento, as fontes apresentam elementos fundamentais que garantem sua confiabilidade.” Entre estes elementos estão “a autoria e colaborações no campo da criação; avaliação por pares, organização das ideias, abordagem da temática e atualização em referência ao conteúdo informacional; e apresentação do projeto.” Outro elemento que contribui para a credibilidade é o projeto editorial da referida fonte de informação. “Exprime-se então que o criador, a criação e a apresentação garantem a eficácia das fontes de informação na redução das



incertezas dos usuários” (Paula; Silva; Blanco, 2018, p. 97-98). Dessa forma, os recursos informacionais se concretizam pelo conteúdo, forma e processo.

## 2.2 Divulgação científica

Stumpf (1996) relata que a primeira forma que os cientistas adotaram para divulgar suas descobertas foi a correspondência pessoal, enviada a pequenos grupos de pares, que fariam análises críticas, sem refutarem as ideias principais. Esses pequenos grupos podem ter sido o embrião de muitas sociedades científicas. Outra forma de registro das descobertas foram as atas ou memórias, elaboradas em reuniões de grupos de cientistas. Após a consolidação dos resultados, as pesquisas passariam a ser descritas em livros.

Em 1665, pouco mais de dois séculos após a invenção de Gutenberg, surgiram os dois primeiros periódicos científicos. O primeiro deles, o *Journal des Sçavants*, foi criado em Paris em janeiro daquele ano, com publicações semanais, mas teve sua publicação interrompida pelas autoridades dois meses mais tarde, por publicar material ofensivo à Inquisição. Essa publicação se configurou como modelo para revistas dedicadas à ciência geral (Stumpf, 1996).

O segundo periódico nasceu na Inglaterra, em março do mesmo ano, inspirado no *Journal des Sçavants*, considerado o protótipo das revistas científicas. Originalmente com periodicidade mensal, em pouco tempo o *Philosophical Transactions da Royal Society of London* alcançou a tiragem de 1,2 mil exemplares. Este tornou-se um modelo para as publicações das sociedades científicas (Stumpf, 1996).

Os periódicos científicos se caracterizaram por conter “artigos mais breves e específicos que as cartas e as atas, uma vez que possuía poucas páginas onde era resumido todo processo de investigação. Além disso, eliminavam qualquer conotação pessoal na forma de exposição” (Stumpf, 1996, p. 2).

No entanto, até o século XX, os artigos publicados em revistas eram considerados formas provisórias de comunicação científica, sendo os livros tidos como o registro definitivo dos avanços. “A visão de que cada observação ou experimento forma uma unidade por si mesmo, só começou a ter aceitação no século XVIII” (Stumpf, 1996, p. 2).

Conforme a autora:

O declínio do livro como meio mais importante e completo para a publicação da pesquisa original foi devido a dois tipos de pressão que começaram a ocorrer na comunidade de pesquisadores: o reclamo pela prioridade das descobertas e o custo de sua produção. Essas pressões estavam intimamente ligadas, pois se a primeira foi causada pela demora na publicação das monografias, que comprometiam a prioridade, a segunda foi consequência da extensão desses trabalhos, que dificultavam e oneravam a impressão. Os cientistas primeiramente resolveram esses dois problemas mediante a publicação de suas pesquisas em partes. Assim, os resultados logo apareciam, ficando assegurada a prioridade da descoberta, e o custo não era tão elevado, se comparado com a publicação de um livro muito volumoso (Stumpf, 1996, p. 2).

Desde o início do século XX, a produção global de artigos científicos tem aproximadamente dobrado a cada 10-15 anos. A partir da década de 1980, o crescimento médio anual situou-se em torno de 8%–9%, com variações conjunturais - notadamente durante a pandemia de Covid-19. Estima-se que, em 2022, tenham sido publicados mundialmente entre 2,5 e 3,0 milhões de artigos, evidenciando os efeitos persistentes da crise sanitária (Agência Fapesp, 2018; Baker; Powell, 2024; Elsevier, 2024; Pesquisa Fapesp, 2023).

A China lidera, com cerca de 700 mil artigos por ano ( $\approx 25\%$  da produção mundial). Os Estados Unidos ocupam a segunda posição, com aproximadamente 500 mil artigos anuais. O Brasil, com 70-80 mil artigos por ano, mantém-se em torno da 14ª posição, embora tenha registrado retração proporcionalmente mais acentuada do que outros países. Além do volume, a China também se destaca em indicadores de impacto (qualidade), expressos por métricas bibliométricas como a quantidade de citações recebidas por seus artigos (Agência Fapesp, 2018; Baker; Powell, 2024; Elsevier, 2024; Pesquisa Fapesp, 2023).

Estima-se que o número de periódicos existentes no mundo esteja entre 40 mil e 45 mil, também com liderança da China, cuja contribuição é da ordem de 12,5% a 15%; Estados Unidos ficam na segunda posição com 7,5% a 10%, enquanto o Brasil responde por cerca de 2,5% a 3% (Agência Fapesp, 2018; Baker; Powell, 2024; Elsevier, 2024; Pesquisa Fapesp, 2023).

### 2.3 Bases de dados

Com uma abordagem clara e altamente didática, o Blog da Biblioteca da Universidade de Caxias do Sul (UCS) explica o conceito de bases de dados, convidando o leitor a uma viagem ao passado para imaginar como eram realizadas as pesquisas há cinco ou seis décadas, quando a internet ainda era germinal em laboratórios de universidades norte-americanas. “Para o pesquisador daquela época, a pesquisa bibliográfica consistia em ir a uma biblioteca, pegar a relação de revistas de uma determinada área e folhear página por página, volume por volume e título por título do acervo de revistas” (Votto, 2011, p. 1).

O aumento do número de publicações tornou ainda mais difícil esse trabalho manual, dando vazão ao surgimento de bases de dados digitais, inicialmente em CD-ROM e depois via internet. As novas tecnologias, também facilitaram a edição de publicações especializadas, invertendo um problema que subsistia. “[Hoje em dia] há um número infindável de publicações acadêmicas e, a cada dia, novas publicações são colocadas à disposição de todos. Atualmente, é um desafio conseguir acessar todas as informações publicadas” (Votto, 2011, p. 1).

As revistas impressas e depois os CD-ROM podiam demorar até meio ano para chegar a uma biblioteca brasileira, principalmente se viessem do exterior. A internet permitiu o acesso imediato. O modelo digital e, principalmente o on-line, proporcionou considerável economia de tempo. “O aumento exponencial de publicações científicas nas últimas duas décadas trouxe um novo desafio: a dificuldade de acompanhar e acessar o volume infindável de informações disponíveis diariamente” (Votto, 2011, p. 1).



As bases de dados foram concebidas para reunir, em um único ambiente, um amplo conjunto de periódicos científicos e seus respectivos artigos, racionalizando o tempo de busca do pesquisador e evitando a navegação dispersa por múltiplos sites; ao operarem com curadoria e critérios rigorosos de seleção, asseguram a qualidade e a originalidade das publicações disponibilizadas (Votto, 2011, p. 1).

Pontes (1990) prossegue no mesmo enfoque ao apontar que o crescimento do volume de documentos produzidos nas últimas décadas exigiu o desenvolvimento de “tecnologias que permitam o processamento mais rápido e eficaz dessas informações, provocando uma substancial mudança quantitativa e qualitativa no panorama internacional”. Essa condição resultou no “surgimento de uma estrutura de prestação de serviços de dimensões intercontinentais, com utilização de novas técnicas nas áreas de computação e teleprocessamento e a progressiva hegemonia dos países industrializados nesse setor” (Pontes, 1990, p. 36).

A autora salienta que, com o uso do computador na recuperação automatizada da informação on-line, bem como com a proliferação das bases de dados é possível fazer “a triagem de milhões de referências bibliográficas”. Desta forma, “este material [...] tornou a atividade de informação uma das mais complexas e ao mesmo tempo mais lucrativas nos países desenvolvidos”. O crescimento da produção científica não é casual, pois decorre de aumento idêntico de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (Pontes, 1990, p. 35-36).

Pontes (1990, p. 34) observa que a produção tecnológica, antes difundida entre diversas sociedades, tornou-se progressivamente concentrada em poucos países e, dentro deles, em organizações capazes de arcar com custos cada vez mais elevados; para grande parte da humanidade, a tecnologia passou a ser um elemento exógeno, de modo que o “o que fazer” e o “como fazer” acabam condicionados por valores sociais e culturais de outras sociedades, embutidos nas tecnologias importadas.

A autora ainda comenta que a atividade científica ganhou relevância após a Segunda Guerra Mundial, deixando de ser uma atividade marginal. Além disso, destaca que o número de cientistas vivos atualmente supera o somatório de todos os que viveram durante milênios (Pontes, 1990, p. 34).

Nesse contexto, observa-se uma estrutura de organização do conhecimento científico, cuja unidade básica é o artigo. Os periódicos concentram artigos, muito comumente por área do conhecimento. As bases de dados congregam os periódicos. E, em um nível acima estão os metabuscadores, que reúnem diversas bases de dados num único site e no mesmo buscador. Exemplos de metabuscadores são o Portal da Capes, Scielo ou o Scopus (Votto, 2011, p. 1).

## **2.4 Integridade acadêmica**

Já se tratou aqui das pressões pela urgência da divulgação da produção científica, de maneira a evidenciar a prioridade das descobertas; dos altos investimentos e dos lucros obtidos por organizações empresariais com os avanços do conhecimento. Há que se acrescentar a rivalidade e disputa pela hegemonia do poder e da economia entre países e entre suas organizações empresariais. Tensões desse

gênero elevam os riscos à integridade acadêmica, tema tratado em editorial pela revista brasileira *Ciência da Informação*, uma das mais relevantes em sua área, no mês de dezembro de 2024.

Penna (2024, p. 1) argumenta que a integridade acadêmica constitui pilar da pesquisa científica e fundamento da confiança e credibilidade na comunidade acadêmica; contudo, as pressões por produtividade e a competição intensificam os desafios de manutenção desses padrões. Nessa perspectiva, o fluxo editorial é componente vital para validação e controle de qualidade das publicações, desde a triagem inicial até a revisão por pares, contribuindo para sustentar a ética na pesquisa, enfrentar as pressões contemporâneas e promover uma cultura de responsabilidade e transparência na produção do conhecimento científico.

A autora explica que a motivação para a abordagem decorre de um episódio do dia 6 de dezembro que abalou o universo da editoração científica. Segundo ela, uma editora especializada – cujo nome não é citado – se retratou, suspendendo 34 artigos científicos e informou que outros 13 estavam sob investigação. “Este evento suscita uma reflexão crítica sobre o papel do fluxo editorial na promoção da ética e da integridade acadêmicas em face das pressões contemporâneas” (Penna, 2024, p. 1).

O texto adverte que, mesmo sem a capacidade de assegurar em plenitude a ética e a integridade, o fluxo editorial “é essencial ao atuar como pilar de suporte para a integridade científica” (Penna, 2024, p. 1). Penna (2024, p. 1) sustenta que, em ambiente marcado por forte competição, complexidade, restrições de financiamento e altas metas de produtividade, o fluxo editorial torna-se mecanismo decisivo: desde a submissão até a publicação, impõe controles rigorosos de qualidade e validação científica. Segundo a autora, a intervenção criteriosa de editores e pareceristas permanece central para resguardar integridade e qualidade, assegurar conformidade ética e científica e, ainda, oferecer um espaço colaborativo entre autores, avaliadores e editores que fomente responsabilidade e transparência na comunicação acadêmica.

Adiante, o texto assevera que “o fortalecimento desse processo será determinante para o avanço confiável e responsável do conhecimento no ambiente contemporâneo de pesquisa”. Para a autora, a diversidade de funções dentro do processo de validação dos conteúdos submetidos, que englobam desde a avaliação inicial até o registro histórico, “solidifica seu papel como elemento vital na promoção de elevados padrões éticos em pesquisa científica” (Penna, 2024, p. 1).

Ou seja, é necessário que integridade e ética sejam preservadas, por mais intensas e acaloradas que sejam a competição e a rivalidade.

### **3. PRODUÇÃO CIENTÍFICA E INFORMAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA**

Kopittke (2023) defende que a adoção de modelos de segurança pública baseados em evidências decorre do papel histórico do progresso científico na melhoria das condições de vida: a



substituição de crenças, preconceitos e tradições por métodos científicos sustentou conquistas dos últimos três séculos, com ganhos expressivos em expectativa e qualidade de vida. O autor destaca que essa cultura de evidências resulta de um processo de longa duração, inicialmente impulsionado por áreas como saúde, astronomia e agricultura, e alerta que opiniões intuitivas frequentemente se mostram inadequadas para explicar fenômenos e orientar soluções. Ressalta, ainda, que pesquisadores que desafiaram dogmas religiosos, interesses estabelecidos e o senso comum foram, em diversos momentos, silenciados ou perseguidos. No plano aplicado, compila avaliações empíricas que discriminam intervenções eficazes daquelas ineficazes no campo da segurança pública (Kopittke, 2023).

Segundo ele, foi na Inglaterra que ocorreu a primeira experiência de institucionalização da segurança pública baseada em evidências. “Em 1999, o país lançou o seu *Crime Reduction Program* (“Programa de Redução de Crimes”), com duração de três anos, no valor de 250 milhões de libras, voltado a financiar apenas projetos de prevenção à violência que fossem formulados a partir de evidências científicas” (Kopittke, 2023, p. 80).

Na continuidade dessa iniciativa, em 2002, o *Police Reform Act* (“Lei de Reforma da Polícia”) tornou obrigatório que a gestão policial passasse a ser baseada em evidências. E, dez anos mais tarde, a tradicional Academia Nacional de Polícia, criada em 1948, foi substituída pelo *College of Policing*, focado na formação de policiais com base em evidências (Kopittke, 2023, p. 80).

Após citar que a metodologia da segurança fundamentada em evidência é a base da grande maioria das 75 faculdades de criminologia dos EUA, o estudioso faz um alerta:

[...] essa Revolução das Evidências não seguiu o mesmo ritmo em todo o mundo e é mais lenta justamente em países que mais precisam desse conhecimento. Entre as diversas desigualdades que comprometem a qualidade de vida de milhões de pessoas no mundo, está a baixa diferença de conhecimento científico sobre o que funciona e o que não funciona nos países pobres e em desenvolvimento. Uma revisão sistemática mundial identificou que apenas 9,3% das evidências produzidas em prevenção à violência nos últimos anos foram em países em desenvolvimento. Outra revisão sistemática, feita para localizar estudos de avaliação de impacto sobre estratégias de policiamento em 150 países pobres ou em desenvolvimento, localizou apenas cinco estudos de impacto de alto padrão científico, o equivalente a menos de 2% do que foi produzido no mesmo período no mundo (Kopittke, 2023, p. 80-81).

No caso brasileiro, Batitucci e Sousa (2022) observam que “o amadurecimento institucional das políticas públicas no campo da segurança pública no Brasil foi tardio em virtude dos ecos da ditadura e da distância simbólica da reflexão acadêmica nacional provocada pelo comprometimento das organizações da segurança pública com aquele regime”. Isso explica, na visão dos autores, por que os primeiros “trabalhos acadêmicos na área datam apenas do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980” (Batitucci; Sousa, 2022, p. 326).

Com estas observações, os autores corroboram a perspectiva de que o avanço do conhecimento científico é um fator determinante para o progresso econômico e social das nações.

Santos, Lima e Souza (2020) defendem estratégias para a unificação nacional de informações primárias relacionadas à segurança pública, ou seja, registros de ocorrências e outros dados criminais. São informações que podem auxiliar o trabalho policial, ao permitir que, por exemplo, foragidos de um estado possam ser detidos em outros estados ou regiões, a identificação de *modus operandi* em crimes que possam caracterizar uma ação orquestrada e coordenada. Além de facilitar a prática policial cotidiana, esses dados podem ser utilizados na elaboração de estudos, transformando-se em dados primários para pesquisas científicas.

Santos, Lima e Souza (2020) sustentam que a integração nacional de dados criminais é condição necessária para uma gestão estratégica da segurança pública, pois a informação constitui o principal instrumento para orientar decisões e políticas. Os autores situam essa necessidade no contexto da “terceira fase do capitalismo”, marcada pela revolução tecnológica pós-industrial e comunicacional, com o surgimento de novas formas de comunicação audiovisual e a expansão da internet, que aceleram fluxos de comunicação e transporte.

No diagnóstico dos autores, a maioria dos sistemas de registro de ocorrências e atendimentos foi concebida para atender especificidades de cada órgão, sem considerar requisitos de interoperabilidade e compartilhamento. Essa arquitetura fragmentada dificulta a formação de um sistema nacional de informações criminais capaz de explorar plenamente o potencial estratégico e operacional do conhecimento produzido (Santos; Lima; Souza, 2020).

A proposta dos autores é a criação de um sistema integrado de informações em segurança pública interinstitucional e interestadual, isto é, entre as diversas organizações que atuam na segurança pública nas diversas unidades da federação. A inexistência de um sistema como o sugerido é tida pelos autores como “um dos maiores problemas da gestão da segurança pública.” Essa carência pode ser também considerada um dos sintomas da desarticulação e da descoordenação entre os órgãos de segurança, igualmente citadas entre os maiores problemas do setor.

#### **4. BASES E PERIÓDICOS CIENTÍFICOS**

Esta seção apresenta um conjunto de bases de dados multidisciplinares, de periódicos brasileiros especializados em segurança pública e de outras fontes de referência na área. As listas não pretendem ser definitivas, tampouco completas. Representam um compêndio de fontes de informação para pesquisas bibliográficas na área. Cada registro é acompanhado de seu respectivo endereço eletrônico. Alguns registros se repetem, respeitando-se a origem da pesquisa realizada.

##### **4.1 Bases de dados multidisciplinares**

O Quadro 1 lista apresenta um conjunto diversificado de repositórios e bibliotecas digitais que se configuram como fontes essenciais para a pesquisa científica e acadêmica. Entre as bases



nacionais de maior relevância, destacam-se o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO – Brasil), que asseguram acesso a literatura científica de qualidade e de alto impacto. No âmbito internacional, sobressaem o *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e o CORE – *Connecting Repositories*, importantes para ampliar o alcance das pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

O quadro contempla ainda fontes especializadas, como a Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), vinculada ao Superior Tribunal de Justiça, e a Biblioteca Digital do Exército, voltada a temas de interesse militar. Em paralelo, iniciativas voltadas à democratização e à inclusão informacional, como o Portal Domínio Público e o Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (Libras), reforçam o papel social da informação na promoção da cidadania.

A presença da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) amplia ainda mais a abrangência da coleta de produções acadêmicas nacionais. Assim, o quadro sintetiza um panorama plural de fontes que, articuladas, oferecem suporte robusto para a produção e a disseminação do conhecimento científico no Brasil.

**Quadro 1 – Bases de dados multidisciplinares**

Nome do periódico/repositório	Link
Portal Periódicos Capes	<a href="http://www.periodicos.capes.gov.br/">http://www.periodicos.capes.gov.br/</a>
Catálogo de Teses e Dissertações – Capes	<a href="https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/">https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/</a>
SciELO (Brasil) – Scientific Electronic Library Online	<a href="http://www.scielo.br/">http://www.scielo.br/</a>
DOAJ	<a href="https://doaj.org/">https://doaj.org/</a>
Biblioteca Digital	<a href="https://dspace.mj.gov.br/">https://dspace.mj.gov.br/</a>
CORE	<a href="https://core.ac.uk/">https://core.ac.uk/</a>
RUNA	<a href="https://repositorio.animaeducacao.com.br/">https://repositorio.animaeducacao.com.br/</a>
Biblioteca Digital do Exército	<a href="https://bdex.eb.mil.br/jspui/">https://bdex.eb.mil.br/jspui/</a>
BDJur - Biblioteca Digital Jurídica	<a href="https://bdjur.stj.jus.br/jspui/">https://bdjur.stj.jus.br/jspui/</a>
Domínio Público	<a href="http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp">http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp</a>
Portal da Legislação	<a href="http://www4.planalto.gov.br/legislacao">http://www4.planalto.gov.br/legislacao</a>
Dicionário da Língua Brasileira de Sinais	<a href="https://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/">https://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/</a>
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	<a href="https://bdtb.ibict.br/">https://bdtb.ibict.br/</a>

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

## 4.2 Periódicos brasileiros em segurança pública

O Quadro 2 apresenta um panorama abrangente de revistas científicas e técnicas voltadas à área, evidenciando a consolidação da produção acadêmica e institucional nesse campo. Entre os periódicos de maior impacto destacam-se o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que se tornou referência nacional em estatísticas e análises setoriais, e a Revista Brasileira de Segurança Pública, que reúne artigos de pesquisadores e profissionais atuantes em todo o país.

Observa-se também a presença de periódicos vinculados a instituições policiais militares, como a Revista de Ciências Policiais da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), a Revista o Alferes, editada pela Polícia Militar de Minas Gerais, a Homens do Mato, da Polícia Militar do Mato Grosso, a Vigilantis Semper, da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, e a Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (RevPMMS), demonstrando a preocupação das corporações em fomentar a pesquisa aplicada.

A Revista Brasileira de Operações Antibombas (RBOA) e a Revista do Sistema Único de Segurança Pública, ampliam o escopo temático, incorporando áreas específicas da atividade policial e do sistema de justiça. Assim, o quadro evidencia a diversidade e a relevância dos canais de divulgação científica disponíveis no Brasil, fundamentais para o fortalecimento da pesquisa, da inovação e da difusão de boas práticas no campo da segurança pública.

A comparação entre o Quadro 1 e o Quadro 2 evidencia tanto a complementaridade quanto a especificidade dessas fontes de informação. Enquanto as bases multidisciplinares, como o Portal de Periódicos da Capes, a SciELO – Brasil e o DOAJ, oferecem acesso amplo a produções científicas de diversas áreas do conhecimento, favorecendo uma visão holística e interdisciplinar, os periódicos especializados em segurança pública, como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a Revista Brasileira de Segurança Pública e a Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), concentram-se na produção e disseminação de estudos aplicados ao setor.

As bases multidisciplinares funcionam como grandes repositórios de apoio metodológico, teórico e comparativo, enquanto os periódicos especializados consolidam a identidade científica da segurança pública no Brasil, trazendo reflexões críticas, análises empíricas e contribuições práticas para o fortalecimento institucional. Dessa forma, o uso combinado dessas fontes enriquece o processo de pesquisa, permitindo ao pesquisador transitar entre referenciais amplos e discussões específicas, favorecendo a produção de conhecimento mais sólido e aplicado.



**Quadro 2 – Periódicos brasileiros em segurança pública**

Nome do periódico/revista	Link
Anuário Brasileiro de Segurança Pública	<a href="https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/">https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/</a>
Revista Brasileira de Segurança Pública	<a href="https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp">https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp</a>
Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)	<a href="https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP">https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP</a>
Revista de Ciências Policiais da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG)	<a href="http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/apmg">http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/apmg</a>
Revista de Ciências Policiais - Guatupê/Paraná	<a href="https://www.apmg.pr.gov.br/servicos/Seguranca/Policia/Conhecer-a-Revista-de-Ciencias-Policiais-ybrzdGN4">https://www.apmg.pr.gov.br/servicos/Seguranca/Policia/Conhecer-a-Revista-de-Ciencias-Policiais-ybrzdGN4</a>
Alferes	<a href="https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/index">https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/index</a>
Revista Brasileira de Operações Antibombas (RBOA)	<a href="http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/RBOA/">http://www.revistas.pr.gov.br/index.php/RBOA/</a>
Revista Brasileira de Ciências Policiais (RBCP)	<a href="http://labcoat.ibict.br/ojs3/index.php/SMJ/about">http://labcoat.ibict.br/ojs3/index.php/SMJ/about</a>
Revista Ordem Pública	<a href="https://rop.emnuvens.com.br/rop">https://rop.emnuvens.com.br/rop</a>
Homens do Mato - Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública	<a href="http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal">http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal</a>
Vigilantis Semper - Revista Científica de Segurança Pública	<a href="https://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista">https://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista</a>
Revista do Sistema Único de Segurança Pública	<a href="https://revistasusp.mj.gov.br/">https://revistasusp.mj.gov.br/</a>
Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública (REBESP)	<a href="https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp">https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp</a>
Revista Científica da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul (RevPMMS)	<a href="https://revista.pm.ms.gov.br/OJS">https://revista.pm.ms.gov.br/OJS</a>

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

### 4.3 Observatório de segurança pública da UNESP – OSP

O Observatório de Segurança Pública da UNESP – OSP – se apresenta como um portal on-line que busca facilitar acesso às informações sobre Segurança Pública no Estado de São Paulo, com ênfase às Boas Práticas. Sua proposta é acompanhar e avaliar “as políticas de segurança pública, ressaltando as principais iniciativas, debates e projetos no período de 1989 a 2020. As informações sobre criminalidade, polícia, administração da justiça criminal e iniciativas locais de segurança ficam disponíveis aos interessados” (Observatório de Segurança Pública e Relações Comunitárias, 2025, p. 1).

Optou-se pelo Observatório de Segurança Pública da UNESP (OSP) porque, dentre as alternativas disponíveis, ele oferece a combinação mais robusta de amplitude, curadoria e utilidade aplicada para pesquisa e tomada de decisão. O portal integra, em um único ambiente, fontes acadêmicas de alto impacto (p. ex., SciELO – Brasil, Portal de Periódicos Capes, *Theoretical Criminology*, *British Journal of Criminology*), repositórios e órgãos institucionais nacionais e internacionais (NIJ, NCJRS, UNODC, Depen, SAP, IBGE), além de iniciativas voltadas a direitos humanos e privacidade (EFF, EPIC, Privacy International) e acervos jornalísticos e de memória. Essa pluralidade multissetorial, articulada a uma série histórica explicitada (1989–2020) e a um foco em Boas Práticas, favorece a triangulação

metodológica, o benchmarking de políticas, a análise comparada e a avaliação de resultados, reduzindo vieses de fonte única e aumentando a replicabilidade e a auditabilidade dos achados. Em termos operacionais, o OSP também racionaliza tempo e esforço de busca ao concentrar recursos heterogêneos em uma arquitetura única, o que é particularmente valioso para projetos que precisam transitar entre revisão bibliográfica, dados oficiais e evidências aplicadas à segurança pública.

O Quadro 3 apresenta um conjunto amplo e heterogêneo de fontes que contemplam tanto bases acadêmicas quanto repositórios institucionais e portais de informação, configurando-se como um recurso estratégico para pesquisas em segurança pública e áreas correlatas. Destacam-se, de um lado, periódicos e bases científicas de alto impacto, como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO – Brasil), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o *Theoretical Criminology* e o *British Journal of Criminology*, que oferecem embasamento teórico e metodológico para análises acadêmicas. De outro, incluem-se fontes institucionais relevantes, como o *United States Department of Justice* (NIJ), o *National Criminal Justice Reference Service* (NCJRS), o *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e a Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo (SAP), que disponibilizam dados oficiais e diretrizes de políticas públicas. O quadro agrega ainda iniciativas ligadas a direitos humanos, privacidade e cidadania, como a *Electronic Frontier Foundation* (EFF), o *Electronic Privacy Information Center* (EPIC) e a *Privacy International*, além de acervos de memória e jornalismo, como o *Criminocorpus*, o *Le Monde Diplomatique*, a BBC Brasil e a Revista Veja Online. Essa diversidade demonstra a preocupação do Observatório de Segurança Pública em oferecer uma visão plural, integrando ciência, estatísticas, políticas institucionais e produções midiáticas, o que potencializa análises comparadas e favorece a produção de conhecimento crítico e interdisciplinar sobre segurança pública no cenário nacional e internacional.

**Quadro 3** – Dados, informações e periódicos – OSP

Continua

Nome do periódico/repositório/portal	Link
SciELO (Brasil) – Scientific Electronic Library Online	<a href="http://www.scielo.br/">http://www.scielo.br/</a>
Periódicos – (CAPES)	<a href="https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?">https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?</a>
Portal Periódicos (CAPES)	<a href="http://www.periodicos.capes.gov.br/">http://www.periodicos.capes.gov.br/</a>
Biblioteca Virtual de Ciências Humanas	<a href="http://www.bvce.org/">http://www.bvce.org/</a>
Theoretical Criminology	<a href="http://tcr.sagepub.com/">http://tcr.sagepub.com/</a>
British Journal of Criminology	<a href="http://bjc.oxfordjournals.org/">http://bjc.oxfordjournals.org/</a>
Punishment & Society	<a href="http://pun.sagepub.com/">http://pun.sagepub.com/</a>
The Prison Journal	<a href="http://tpj.sagepub.com/">http://tpj.sagepub.com/</a>
Criminocorpus – Le Portail sur l’Histoire de la Justice, des Crimes et des Peines	<a href="http://www.criminocorpus.cnrs.fr/">http://www.criminocorpus.cnrs.fr/</a>

**Quadro 3 – Dados, informações e periódicos – OSP****Continua**

Nome do periódico/repositório/portal	Link
UN Women Watch	<a href="http://www.un.org/womenwatch/">http://www.un.org/womenwatch/</a>
US Department of Justice (NIJ)	<a href="http://www.ojp.usdoj.gov/nij/">http://www.ojp.usdoj.gov/nij/</a>
US Office of Justice Programs	<a href="http://www.ojp.usdoj.gov/about/offices/ocr.htm">http://www.ojp.usdoj.gov/about/offices/ocr.htm</a>
US Office of Community Oriented Policing Programs	<a href="http://www.cops.usdoj.gov/">http://www.cops.usdoj.gov/</a>
US DOJ National Criminal Justice Reference Service	<a href="http://www.ncjrs.gov/">http://www.ncjrs.gov/</a>
Electronic Frontier Foundation (EFF)	<a href="http://www.eff.org/">http://www.eff.org/</a>
EPIC – Electronic Privacy Information Center	<a href="http://epic.org/">http://epic.org/</a>
Privacy International	<a href="http://www.privacyinternational.org/">http://www.privacyinternational.org/</a>
FGV-CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	<a href="http://cpdoc.fgv.br/">http://cpdoc.fgv.br/</a>
Michel Foucault Resources	<a href="http://www.michel-foucault.com/">http://www.michel-foucault.com/</a>
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados	<a href="http://www.seade.gov.br/">http://www.seade.gov.br/</a>
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional	<a href="http://www.mj.gov.br/depen/">http://www.mj.gov.br/depen/</a>
SAP – Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	<a href="http://www.sap.sp.gov.br/">http://www.sap.sp.gov.br/</a>
Escola de Administração Penitenciária (SP)	<a href="http://www.eap.sp.gov.br/">http://www.eap.sp.gov.br/</a>
FUNAP – Fundação Dr. Manoel Pedro Pimentel	<a href="http://www.funap.sp.gov.br/">http://www.funap.sp.gov.br/</a>
ANADEP – Associação Nacional dos Defensores Públicos	<a href="http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/inicial">http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/inicial</a>
Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo	<a href="http://www.ouvidoria-policia.sp.gov.br/">http://www.ouvidoria-policia.sp.gov.br/</a>
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	<a href="http://www.ibge.gov.br/">http://www.ibge.gov.br/</a>
SIPIA – Sistema de Informação para Infância e Adolescência (MJ)	<a href="http://www.mj.gov.br/sipia/">http://www.mj.gov.br/sipia/</a>
US Federal Bureau of Prisons	<a href="http://www.bop.gov/">http://www.bop.gov/</a>
Biblioteca Virtual Mulher	<a href="http://www.monde-diplomatique.fr/">http://www.monde-diplomatique.fr/</a>
CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes	<a href="http://www.cecria.org.br/home/home.asp">http://www.cecria.org.br/home/home.asp</a>
CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas	<a href="http://www.cebrid.epm.br/index.php">http://www.cebrid.epm.br/index.php</a>
Le Monde Diplomatique	<a href="http://www.monde-diplomatique.fr/">http://www.monde-diplomatique.fr/</a>
BBC Brasil	<a href="http://www.bbc.co.uk/portuguese/">http://www.bbc.co.uk/portuguese/</a>

**Quadro 3 – Dados, informações e periódicos – OSP**

		<b>Conclusão</b>
<b>Nome do periódico/repositório/portal</b>	<b>Link</b>	
SSRC – Social Science Research Council	<a href="http://www.ssrc.org/">http://www.ssrc.org/</a>	
UN Office on Drugs and Crime (UNODC)	<a href="http://www.unodc.org/">http://www.unodc.org/</a>	
Newseum – The Interactive Museum of News	<a href="http://www.newseum.org/">http://www.newseum.org/</a>	
Revista Veja Online	<a href="http://veja.abril.com.br/acervodigital/">http://veja.abril.com.br/acervodigital/</a>	
Portal Brasil	<a href="http://www.brasil.gov.br/">http://www.brasil.gov.br/</a>	
Acervo Digital do Jornal Última Hora (AESP)	<a href="http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/index.php">http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/index.php</a>	
Biblioteca Digital Mundial	<a href="http://www.wdl.org/pt/">http://www.wdl.org/pt/</a>	

**Fonte:** Observatório de Segurança Pública e Relações Comunitárias (2025).

Nesse sentido, o Quadro 3 diferencia-se dos dois anteriores ao oferecer uma perspectiva global e interinstitucional da produção e do acesso ao conhecimento em segurança pública. Enquanto o Quadro 1 privilegia bases multidisciplinares de caráter acadêmico e o Quadro 2 concentra-se em periódicos brasileiros voltados especificamente à segurança pública, o Quadro 3 articula fontes que transitam entre o meio científico, a produção institucional de órgãos governamentais nacionais e internacionais, organizações da sociedade civil e veículos de comunicação. Essa combinação amplia o horizonte de análise, permitindo que o pesquisador integre dados empíricos, teorias criminológicas, estatísticas oficiais e debates de direitos humanos e cidadania, construindo uma visão mais completa e crítica do fenômeno da segurança pública. Assim, o Quadro 3 não apenas complementa, mas também aprofunda os anteriores, ao posicionar a discussão em um contexto comparado e transnacional, fundamental para a formulação de políticas públicas e para o avanço da pesquisa aplicada.

## **5. A CENTRALIDADE DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NA SEGURANÇA PÚBLICA**

Nesta temática, as referências bibliográficas não são um apêndice protocolar, mas o elo que vincula diagnósticos, decisões e práticas a evidências verificáveis. Em segurança pública — campo sensível, de alto impacto social e sujeito a escrutínio jurídico — citar fontes qualificadas assegura rastreabilidade, auditabilidade e legitimidade das escolhas políticas e operacionais, reduzindo a dependência de intuições ou tradições organizacionais (Kopittke, 2023; SENASP, 2014). Ao explicitar a origem do conhecimento utilizado, a referência permite que pares e órgãos de controle confirmem métodos, limites e contextos de validade, fortalecendo a responsabilidade institucional.

O uso sistemático de informação científica nas referências ancora a agenda de segurança pública baseada em evidências, distinguindo o que funciona do que não funciona e favorecendo a



melhoria contínua de programas, doutrinas e protocolos (Kopittke, 2023). Em termos formativos, alinha currículos, materiais didáticos e diretrizes àquilo que foi previamente validado na literatura (SENASP, 2014), convertendo a bibliografia em infraestrutura de capacitação e aprendizagem organizacional. Ao mesmo tempo, promove a transferibilidade de boas práticas por meio da comparação entre estudos e contextos, evitando a replicação acrítica.

Referenciar adequadamente também é um mecanismo de integridade acadêmica e técnica: a curadoria de fontes, sua avaliação por pares e a transparência dos processos editoriais são salvaguardas de qualidade e ética (Penna, 2024). Nesse sentido, a seleção bibliográfica deve priorizar pertinência temática, atualidade, diversidade de tipos de fonte (acadêmicas e institucionais) e robustez metodológica, favorecendo a replicabilidade e o escrutínio público. Em um ecossistema de produção acelerada e assimetrias de qualidade, a referência consciente funciona como filtro contra vieses, desinformação e evidências frágeis.

A presença de informação científica nas referências dialoga, ainda, com a governança e a gestão do conhecimento. Ao articular bases e periódicos (quadros 1 a 3), as referências estruturam um repositório vivo de memória organizacional, apoiando a padronização terminológica, a construção de tesouros e a interoperabilidade semântica entre sistemas e agências (Paula; Silva; Blanco, 2018). Esse arranjo favorece integrações interinstitucionais, avaliação de políticas e gestão de riscos — inclusive legais e de direitos humanos -, porque torna explícitos os fundamentos técnicos que embasam decisões.

Em síntese, incorporar informação científica nas referências bibliográficas eleva a qualidade decisória, sustenta a prestação de contas e acelera a inovação aplicada em segurança pública. Mais do que orientar “como pesquisar”, o propósito aqui é evidenciar por que referenciar: para conectar problemas reais a soluções validadas, consolidando uma cultura organizacional que transforma informação em conhecimento e conhecimento em ação qualificada.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados ao longo deste estudo permitem afirmar que o domínio dos recursos informacionais, em especial o acesso e a utilização qualificada de bases de dados e periódicos científicos, constitui fator essencial para o fortalecimento da segurança pública. A apropriação crítica da informação científica por parte dos profissionais e instituições da área não apenas favorece práticas operacionais mais eficazes, mas também consolida políticas públicas fundamentadas em evidências, ampliando a legitimidade e a efetividade das ações desenvolvidas.

Verificou-se que, embora a produção científica mundial esteja em franca expansão e haja crescente disponibilidade de fontes informacionais especializadas, o cenário brasileiro ainda apresenta limitações estruturais, como a fragmentação de sistemas, a baixa integração de dados e a distância histórica entre prática policial e reflexão acadêmica. Esses obstáculos reforçam a necessidade de estratégias voltadas

à capacitação científica, à promoção de redes interinstitucionais de informação e à consolidação de uma cultura de inovação orientada pelo conhecimento.

A principal contribuição deste trabalho está em demonstrar que a informação científica é um ativo estratégico, cuja incorporação sistemática à formação, à gestão e à tomada de decisão em segurança pública potencializa a construção de um campo profissional mais qualificado, crítico e alinhado às melhores práticas internacionais. Ao propor caminhos para superar as barreiras históricas e institucionais, o estudo amplia o debate sobre a urgência de políticas voltadas à pesquisa aplicada e à difusão do conhecimento.

Ainda assim, reconhece-se como limitação a escassez de estudos empíricos no Brasil que avaliem de forma direta o impacto do uso de bases de dados e periódicos na formulação de políticas de segurança. Nesse sentido, sugere-se que pesquisas futuras avancem na realização de análises comparativas, estudos de caso e avaliações de impacto que permitam mensurar de maneira mais precisa os resultados práticos da adoção de práticas baseadas em evidências.

Conclui-se, portanto, que investir na formação científica dos profissionais da segurança pública e na integração de sistemas informacionais não é apenas uma exigência técnica, mas um compromisso estratégico e ético. O futuro da área dependerá, em grande medida, da capacidade de transformar a informação em conhecimento e este em ação qualificada, capaz de responder às complexas demandas da sociedade de maneira mais justa, transparente e fundamentada em evidências.



## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA FAPESP. Centro de Memórias. **Brasil é o país com mais publicação científica em acesso aberto**. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/brasil-e-o-pais-com-mais-publicacao-cientifica-em-acesso-aberto/27034>. Acesso em: 08 mar. 2025. [24 de janeiro de 2018].
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila Araújo. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila Araújo. O que é Ciência da Informação?. **Informação & Informação** (UEL. Online), v. 19, p. 1-30, 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958/14205>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- BAKER, David P.; POWELL, Justin J. W. **O crescimento explosivo da pesquisa científica atual 17 de outubro de 2024**. NEXO, 2024. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/externo/2024/10/17/crescimento-pesquisa-cientifica-universidades>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- BATTUCCI, Eduardo Cerqueira; SOUSA, Rosânia Rodrigues de. **Trajетória institucional da temática segurança pública na Fundação João Pinheiro**. Disponível em: <https://repositorio.fjp.mg.gov.br/server/api/core/bitstreams/462d9809-bd7d-4456-b1eb-67ced02cc29d/content>. Acesso em: 09 mar. 2025. p. 325-341.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), 2014. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/gestao-e-ensino/site-novo/matrizcurricularnacional\\_versaofinal\\_2014.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/gestao-e-ensino/site-novo/matrizcurricularnacional_versaofinal_2014.pdf). Acesso em: 18 dez. 2024.
- ELSEVIER. **2023: ano de queda na produção científica de 35 países, inclusive o Brasil**. 2024. Disponível em: [https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2024/07/relatorio\\_bori\\_elsevier\\_2024.pdf](https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2024/07/relatorio_bori_elsevier_2024.pdf). Acesso em: 05 mar. 2025.
- FAZZIONI, Dilva Páscoa De Marco *et al.* Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina. In: TASCÁ, Jorge Eduardo; SILVA, Augusto César da; PEREIRA, Elaine Aparecida Teixeira (org.). **Pesquisa e inovação em Segurança Pública: uma contribuição do Centro de Ensino da Polícia Militar de Santa Catarina**. Florianópolis: Dois Por Quatro, 2016. 267 p. [Parte II – p. 153-158].
- KOPITTKÉ, Alberto. **Manual de segurança pública baseada em evidências: o que funciona e o que não funciona na prevenção da violência**. Passo Fundo: Conhecer, 2023. 808 p. [Capítulo 3 – A revolução das evidências na segurança pública brasileira].
- OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS. **Links recomendados**. São Paulo: Observatório de Segurança Pública e Relações Comunitárias, 2025. Disponível em: <https://www.observatoriodeseguranca.org/links/>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- PAULA, Lorena Tavares de; SILVA, Thiago dos Reis Soares da; BLANCO, Yuri Augusto. Relatos de pesquisa: Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake News. **Revista Conhecimento**

em **Ação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/16764/11221>. Acesso em: 01 mar. 2025.

PENNA, Polyana. Desafios e Responsabilidades: O Impacto do Fluxo Editorial na Integridade Acadêmica. **Ciência da Informação**. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

PEROVANO, Dalton Jean. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, 2014. 230 p.

PESQUISA FAPESP. **Dados**: retração da produção científica em 2022. **Revista Pesquisa FAPESP**. Edição 330, ago. 2023. Cientometria. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/retracao-da-producao-cientifica-em-2022/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PONTES, Cecília Carmen Cunha. Bases de dados em ciência e tecnologia. **Transinformação**, v. 2, n. 2/3, p. 33-42, maio/dez. 1990. Disponível em: [http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/\\_x\\_59497/59603/3-Bases-de-dados-em-ciencia-e-tecnologia.pdf](http://www.arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/_x_59497/59603/3-Bases-de-dados-em-ciencia-e-tecnologia.pdf). Acesso em: 01 mar. 2025.

SANTOS Arthur Silva; LIMA, Evelyn Gomes de; SOUZA, Willijean Batista de. **Tecnologia da Informação na Segurança Pública**: a necessidade de criação de uma base nacional de dados de registro de ocorrência e atendimentos de emergência. 2020. (Trabalho apresentado como requisito avaliativo para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, ministrada pelo instrutor Major PMRO Robinson Brancalhão da Silva, do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Estado de Rondônia). Porto Velho, 2020. Disponível em: [https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4606/1/Tecnologia%20da%20Informação%20na%20Segurança%20Pública\\_A%20necessidade%20de%20criação%20de%20uma%20Base%20Nacional%20de%20Dados%20de%20Registro%20de%20Ocorrência%20e%20Atendimento%20de%20Emergência.pdf](https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4606/1/Tecnologia%20da%20Informação%20na%20Segurança%20Pública_A%20necessidade%20de%20criação%20de%20uma%20Base%20Nacional%20de%20Dados%20de%20Registro%20de%20Ocorrência%20e%20Atendimento%20de%20Emergência.pdf). Acesso em: 08 mar. 2025.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, abr. 2012. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n33p1/21708>. Acesso em: 03 mar. 2025.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**. v. 25, n. 3, p. 1-6, 1996 – Artigos. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/download/637/641/642#:~:text=O%20Philosophical%20Transactions%20da%20Royal,o%20prot%C3%B3tipo%20das%20revistas%20cient%C3%ADficas>. Acesso em: 01 mar. 2025.

VOTTO, Marcelo. Blog do Sistema de Bibliotecas da UCS. **Você sabe o que são as bases de dados científicos?** UCS: Caxias do Sul, 2011. Disponível em: <https://bibliotecaucs.wordpress.com/2011/10/27/voce-sabe-o-que-sao-as-bases-de-dados-cientificas/>. Acesso em: 02 mar. 2025. [Publicado em 27 de outubro de 2011 por Marcelo Votto].



INSTITUTO  
BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA  
PÚBLICA

RIBSP- Vol. 8 n. 20 – Jan/Abr 2025

**Dilva Páscoa de Marco Fazzioni**